

**AgInt nos EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.224.159 - SP
(2010/0219589-2)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : CEISON YAMADA
ADVOGADO : JOSÉ XAVIER MARQUES - SP053722
AGRAVADO : RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA
ADVOGADOS : FLÁVIO LUIZ YARSHELL E OUTRO(S) - SP088098
GUSTAVO PACÍFICO - SP184101
AGRAVADO : HERCILIO SERAFIM
ADVOGADO : FRANCISCO DJALMA MAIA JÚNIOR - SP197377
AGRAVADO : CALIL BASSIT NETO
ADVOGADOS : SÉRGIO DE GODOY BUENO E OUTRO(S) - SP018580
FRANCISCO DE GODOY BUENO - SP257895

DECISÃO

Trata-se de **agravo interno** (fls. 7.330-7.336) interposto por CEISON YAMADA contra decisão, de relatoria do em. **Ministro Lázaro Guimarães**, que acolheu seus embargos de declaração, para fixar honorários advocatícios sucumbenciais a serem pagos por RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA, ora agravada, em decisão da qual se decalca o seguinte excerto (fls. 7.282-7.283):

"A decisão ora embargada deu provimento ao recurso especial de CALIL BASSIT NETO para extinguir a 'ação de prestação de contas' que lhe movia RADIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA, reformando-se o v. acórdão estadual que, confirmando sentença, havia julgado procedente a referida ação e prejudicado o apelo nobre dos ora embargantes. No entanto, não fixou honorários advocatícios sucumbenciais.

Nesse jaez, quando à fixação dessa condenação, deve-se definir, em primeiro plano, qual norma a ser aplicada, se o Código de Processo Civil de 1973 ou o Código de Processo Civil de 2015.

(...)

Assim sendo, tendo a sentença sido prolatada na vigência do CPC/73, o referido Codex deverá nortear a fixação da verba honorária sucumbencial. Considerando, ainda, que com o provimento do apelo nobre não houve condenação, deverá ser aplicada a regra do art. 20, §4º, do CPC/73, a qual determina ao julgador uma apreciação equitativa com aplicação dos critérios do § 3º do mesmo código. Ademais, não havendo condenação, inviável o pleito dos embargantes de inversão dos ônus da sucumbência quanto aos honorários advocatícios.

Nesse panorama, sopesados os critérios do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, levando-se em conta que o valor envolvido

na causa de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), já impõem aos advogados elevado zelo e responsabilidade, deve-se fixar os honorários sucumbenciais a serem suportados pela embargada RADIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA neste feito, em 0,5% (meio por cento) sobre o valor da causa.

Registre-se, ainda, que o outro promovido - CALIL BASSIT NETO - na referida ação de prestação de contas julgada extinta também opôs embargos de declaração alegando omissão quanto aos honorários advocatícios sucumbenciais, vício que, ao ser examinado, levou em consideração a sucumbência aqui fixada."

Nas razões do agravo interno, CEISON YAMADA afirma que "(...) a decisão agravada negou vigência aos §§ 2º e 6º do art. 85 do CPC, uma vez que não respeitou o limite mínimo neles estabelecidos" (fls. 7.331).

Aduz, também, que a "(...) fixação irrisória, com fulcro no §4º do art. 20 do Código de Processo Civil, já não há plausibilidade, porque os casos elencados no §4º do art. 20 do CPC não se justifica a fixação irrisória, existe ele para coibir o valor irrisório dos honorários e não a justificá-los e perpetuá-los, p. ex., o §4º visa a que uma das ações se fixa valor compatível com o trabalho desenvolvido pelo advogado e que não fique limitado de 10% a 20%, porque casos há em que tal percentual é irrisório, não se presta o §4º para fixar irrisórios os honorários, se a ação for julgada improcedente, devendo-se observar os parâmetros do §3º do art. 20" (fls. 7.334).

Ao final, pleiteia reconsideração da decisão agravada para majorar os honorários advocatícios sucumbenciais em 20% sobre o valor da causa, ou que o presente recurso seja levado a julgamento perante a eg. Quarta Turma.

A ora agravada RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA apresentou impugnação (fls. 7.342-7.347 e fls. 7.357-7.362), pelo desprovimento do agravo interno.

É o relatório. Passo a decidir.

Como relatado, a pretensão trazida no presente agravo interno é majorar os honorários advocatícios sucumbenciais que foram fixados na decisão (fls. 7.281-7.283) - que acolheu seus embargos de declaração -, a qual integrou anterior *decisum* (fls. 7.193-7.201) que extinguiu a ação ordinária proposta por RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA, ora Agravada, em desfavor do ora Agravante e Outros.

No entanto, tem-se que RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO

LTDA também interpôs agravo interno (fls. 7.237-7.251 e fls. 7.357-7.362), o qual foi parcialmente provido para reconsiderar a decisão que extinguiu a referida ação ordinária, tornando-a sem efeito, ressaltando que os recursos especiais encartados nestes autos serão pautados oportunamente para julgamento colegiado perante a eg. Quarta Turma.

Nesse cenário, considerando que este agravo interno visa majorar verba honorária fixada em decisão reconsiderada, fica evidenciada a perda de seu objeto. Nesse senda, deve o ora agravante aguardar o novo julgamento do presente feito, para, após o resultado, se entender necessário, discutir eventuais ônus sucumbenciais.

Ante o exposto, com arrimo no art. 34, XI, do RI-STJ, **julgo prejudicado este agravo interno**, reconhecendo a perda de seu objeto.

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator